

**Educação & Cidade:
o papel da escola na preservação do patrimônio cultural**

Luciana de Almeida Silveira¹

Nailda Marinho da Costa Bonato²

RESUMO:

O processo acelerado de urbanização das cidades brasileiras provoca uma maior agressão ao meio ambiente, à qualidade de vida e, conseqüentemente, ao patrimônio cultural. A falta de (in)formação quanto ao valor dos bens culturais e da história local ameaçam à preservação do patrimônio cultural. Consideramos então que a Educação Patrimonial é fundamental no processo de preservação sustentável dos bens culturais e acreditamos no seu potencial como instrumento de fortalecimento da identidade cultural e preservação da memória e da história local visando o pleno exercício da cidadania. Através de um estudo entre duas escolas públicas no Bairro de São Cristóvão, sendo uma delas objeto do Programa Educação Urbana nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro, buscamos compreender a relação entre escola e comunidade no tocante ao conhecimento e à valorização do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: educação patrimonial, política cultural e identidade cultural.

ABSTRACT:

The accelerated process of urbanization of the Brazilian cities provokes a larger aggression to the environment, to the quality of life and, consequently, to the cultural patrimony. The lack of (in)formation in relation to the culture and local history's value threatens the preservation of the cultural patrimony. We consider that the Patrimonial Education is fundamental in the process of maintainable preservation of the cultural patrimony and we believe in its potential as an instrument of valorization of the cultural identity and preservation of memory and local history aiming at the full exercise of the citizenship. Through a study in two public schools in São Cristóvão's Neighborhood, having one of them participated of the Urban Education Program in the Municipal Schools of Rio de Janeiro, we looked for understanding the relationship between school and community concerning the knowledge and the valorization of the cultural patrimony.

KEYWORDS: patrimonial education, cultural policy and cultural identity.

¹ Mestranda em Educação (PPGE/UNIRIO), Mestre em Urbanismo (PROURB/UFRJ) e Arquiteta-Urbanista (SEDREPAHC/PCRJ)

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGE/UNIRIO) e Doutora em Educação (UNICAMP) - Orientadora

EDUCAÇÃO & CIDADE:**o papel da escola na preservação do patrimônio cultural**

O presente trabalho, intitulado “EDUCAÇÃO & CIDADE: o papel da escola na preservação do patrimônio cultural”, focaliza a questão patrimonial no sentido de discutir a parceria escola-comunidade através de práticas educativas voltadas para a valorização do patrimônio cultural. Busca-se avaliar as práticas educativas adotadas no processo de (re)construção e valorização do patrimônio cultural e suas repercussões no espaço público local através de um estudo no Bairro Imperial de São Cristóvão na Cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica aliada a uma pesquisa de campo num bairro dotado de rico patrimônio histórico e arquitetônico, visando comparar ações educativas de duas instituições escolares - a primeira, bem não tombado nem preservado e, a segunda, bem tombado municipal e uma das “Escolas do Imperador”, sendo que apenas a primeira foi objeto do “Programa Educação Urbana nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro”³.

A questão central gira em torno das reais possibilidades de ação educativa para se estabelecer um verdadeiro diálogo pedagógico entre escola e comunidade voltado para a questão do patrimônio cultural. Defendemos, pois, a hipótese que o verdadeiro conhecimento da realidade local é pressuposto para a preservação do patrimônio cultural, da história local e da memória social. O grau de “pertencimento” da comunidade escolar e o sentido atribuído ao lugar serão avaliados através de entrevistas com diretores, coordenadores pedagógicos e professores. Dentre as categorias de análise adotadas, estão: identidade e cidadania cultural, memória e história. Autores como Paulo Freire, Maria de Lourdes P. Horta, Olinio Gomes P. Coelho, Maria Cecília Londres Fonseca, Jacques Le Goff, Walter Benjamin e Kevin Lynch, têm ajudado em nossas reflexões.

Patrimônio Cultural no Brasil: história, memória e educação

As políticas culturais no país são pautadas por um constante processo de construção da memória nacional, cujo marco é a introdução do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, durante o Estado Novo na gestão de Getúlio Vargas. A gestão de Gustavo Capanema no

³ O Programa “Educação Urbana nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro” é uma parceria entre a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) e a Secretaria Municipal de Educação (SME), sob a coordenação do Arquiteto-Urbanista Pedro Lessa. O programa tem por objetivo sensibilizar os estudantes à cidadania através de atividades extra-escolares sobre diversos temas como direitos e deveres dos cidadãos e percepção de espaços físicos construídos e naturais na comunidade local. Os jovens aprendem a conhecer melhor a necessidade de valorização do seu espaço urbano, condição fundamental para a formação do cidadão consciente e participativo, sensibilizando o sujeito para a preservação do patrimônio cultural, das áreas livres e do ambiente natural.

Ministério da Educação e Saúde é marcada por uma ação efetiva no patrimônio histórico e artístico. Este período é marcado pela busca de consolidação de uma *brasilidade autêntica* ou de uma identidade nacional desvinculada dos modelos “europeizantes” do período Imperial. É criado então o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, considerado como uma espécie de marco fundador da estatização da cultura no país, tendo Rodrigo M. F. de Andrade como diretor no período de 1936 a 1967. Fica decretado que o patrimônio histórico e artístico nacional compreende “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-lei nº 25/1937).

Inicia-se a chamada *fase heróica* ou *fase da pedra e cal* do governo Vargas no final dos anos trinta marcada pela valorização da arquitetura barroca colonial. Na gestão Capanema, os grandes responsáveis pela construção de uma *política cultural* no Brasil foram os intelectuais, representantes da modernidade, que, apesar do regime autoritário implantado pelo Estado Novo, atuavam de forma hegemônica e com uma relativa autonomia, na medida em que ambos buscavam a consolidação de um projeto de *brasilidade*, pautado pela idéia de construção de uma *identidade nacional* para o país. O Sphan inaugura então a prática do tombamento aliada à monumentalidade. Em outras palavras, a formação do Estado Nacional perpassa a construção de uma *história oficial* da nação pautada pela idéia de uma *identidade nacional* capaz de consolidar “espaços de memória” através de monumentos e documentos, no sentido de orientar os currículos escolares, as festas públicas de caráter cívico, as paradas militares e estudantis, a mídia, as músicas..., contribuindo para a perpetuação da memória nacional.



Nas imagens acima, verificamos, da esquerda para a direita, o busto de Getúlio Vargas localizado na cidade de Salvador (FIGURA 1); o busto de Getúlio Vargas (FIGURA 2) e o monumento pertencentes ao Memorial Getúlio Vargas (FIGURA 3), situado na Praça Luís de Camões, Glória, Rio de Janeiro.

Em 1946, o SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Neste período, surgem os planos nacionais de cultura e durante a década de 80 são criados a Secretaria de Cultura do MEC (1981) e o Ministério da Cultura (1985). Mas é apenas a partir da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 3.551 de 04 de setembro de 2000 que a noção de patrimônio cultural se amplia com a legalização do instrumento de registro dos bens culturais de natureza imaterial. Este momento é marcado pela redemocratização do país e redefinição das políticas culturais, com destaque para os direitos humanos e a participação popular no processo de democratização das políticas de acesso à cultura; o que se estende ao longo dos anos noventa do século XX até os dias de hoje. Enfim, o século XX é marcado pela monumentalidade do patrimônio cultural e os denominados “lugares da memória”, expressão usada por Nora (1993) para se referir à necessidade de lugares espaciais, materiais e simbólicos que preservam a memória coletiva.

Em termos educacionais, verificamos que a preocupação com o patrimônio cultural aparece mais claramente apenas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), buscando estimular um trabalho com a história local, as memórias e identidades. A educação patrimonial é colocada nos objetivos do ensino fundamental de "conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País". Busca-se nitidamente valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, “posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais”.

Mas, nos perguntamos como a educação patrimonial é trabalhada na prática cotidiana de nossas escolas? Acreditamos que a escola assume papel relevante na sociedade à medida que os saberes trabalhados são parte de um patrimônio cultural valorizado e julgado indispensável ao cidadão, que deve ser capaz de uma constante (re)criação de novos significados e subjetividades. Em outras palavras, o processo de constituição do patrimônio cultural é um processo dinâmico que (re)inventa tradições, cria e recria identidades. Logo, falar em educação patrimonial é falar em uma educação multicultural e cidadã que certamente não comporta manifestações discriminatórias marcantes em nossa história da educação brasileira, onde a escola é vista como uma instituição de “aculturação” na busca de promover a homogeneidade social e cultural.

Perspectivas de práticas educativas voltadas para a preservação do patrimônio cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão, Rio de Janeiro

O Bairro Imperial de São Cristóvão, localizado na VII Região Administrativa da Área de Planejamento 1 do Município do Rio de Janeiro, constitui o núcleo histórico do início do processo de ocupação da Cidade do Rio de Janeiro. Sua importância para a história da Cidade do Rio de Janeiro e de todo o país foi recentemente reconhecida através do Decreto nº 28.302 de 14 de agosto de 2007, que inseriu a palavra “Imperial” no nome do bairro. O que se deve também aos 200 anos da vinda da Corte Portuguesa ao Brasil que se instalou no bairro e influenciou todo o processo de ocupação da região, restando um conjunto expressivo de edificações e lugares que atribuem a identidade cultural e reaviva a história local que transformam o bairro em um documento-monumento da história da cidade.

Um projeto de revitalização urbana aliada à preservação do patrimônio cultural depende de uma gestão integrada entre os diferentes agentes de preservação – órgãos públicos, entidades privadas, instituições de ensino e comunidade local, garantindo o êxito das políticas culturais com base no fortalecimento da identidade cultural, no acesso à cultura pela população brasileira, na promoção da qualidade de vida e na preservação da história e da memória coletiva. Isto porque, a falta de comprometimento da comunidade local com o patrimônio cultural interfere diretamente na *qualidade morfológica da área* e, conseqüentemente, nas *formas de apropriação do espaço público* pela população, gerando vazios urbanos e degradação ambiental. Isto porque, “(...) não existe desenvolvimento sustentado nem patrimônio comum se a sociedade não tiver consciência disso. Dificilmente se consegue *impor* um tombamento ou modelos sustentáveis a uma sociedade que não tem consciência desses valores” (Carsalade, 2002).

Em relação ao objeto de estudo, apesar da forte tradição histórica testemunhada por traçados urbanos, espaços públicos e prédios históricos no bairro, nos perguntamos: será que a comunidade educativa local valoriza e atua efetivamente para a preservação do patrimônio cultural? Esta pesquisa de campo envolve um estudo comparativo das práticas educativas entre 2(duas) escolas municipais: a Escola Municipal Gonçalves Dias e a Escola Municipal Portugal, instituições de ensino fundamental que atendem ao primeiro e segundo ciclos e ao terceiro e quarto ciclos, respectivamente, além do ensino supletivo no turno da noite.

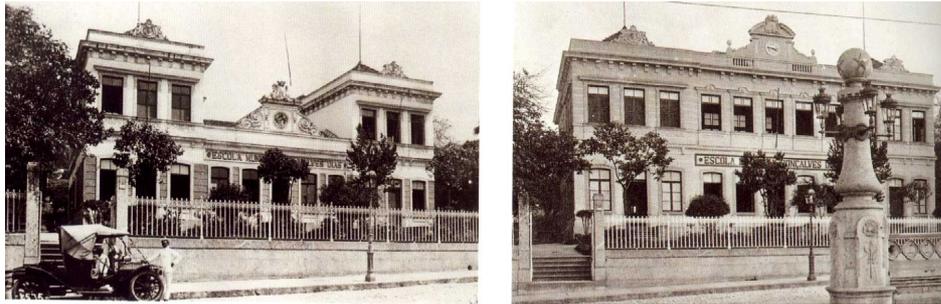


FIGURA 5: Escola Municipal Gonçalves Dias

A Escola Gonçalves Dias, bem tombado municipal e uma das Escolas do Imperador⁴, não foi objeto do Programa Educação Urbana nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro. Ela foi construída em 1872 por Bailariny & Cia com os recursos financeiros do Corpo de Comércio do Rio, da Associação Comercial e da população, sendo inaugurada apenas em 1893. O interessante aqui se refere ao fato de que as obras contaram com parte do dinheiro arrecadado pelo povo para a construção da estátua do Imperador D. Pedro II em comemoração ao fim da guerra do Paraguai, que utilizaria o bronze da artilharia adquirida. Em 1873, a Escola de São Cristóvão já pertencia à província, tendo início uma série de transformações internas e acréscimos. Inicialmente, o prédio caracterizava-se por um corpo central com apenas um pavimento e pavilhões de 2 pavimentos. Posteriormente, tendo-se a preocupação de preservar a unidade do conjunto original de estilo eclético, acrescentou-se um segundo pavimento ao corpo central, cuja formação permanece até hoje. Seu nome atual foi doado à escola na década de 20.



FIGURA 4: Escola Municipal Portugal

A Escola Portugal não constitui um bem tombado nem preservado, mas foi a única escola do bairro - objeto do Programa Educação Urbana nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro no bairro. É uma das vinte e oito escolas erguidas nos anos 30 por Anísio Teixeira, considerado

⁴ As Escolas do Imperador ou Escolas do Visconde de Rio Branco foram erguidas por determinação do Imperador Pedro II a partir de 1870, no final da Guerra do Paraguai. Tinham dimensões monumentais e localizavam-se nas freguesias - como eram chamadas, à época, as diferentes áreas da cidade. Nessas escolas, a instrução era gratuita, separada e diferenciada por sexos. As meninas aprendiam as letras, matemáticas e prendas domésticas. Os meninos, além das letras e matemáticas, as ciências. (Escolas do Imperador, 2005)

um dos maiores educadores e defensores da escola pública democrática e de qualidade no Brasil. Foi concebido um Plano Diretor para as edificações escolares reconhecidas por sua forma arquitetônica e denominações de personalidades políticas, nomes de países ou estados brasileiros. Este período coincide justamente com o movimento de afirmação do modernismo no Brasil através da arquitetura escolar e do patrimônio cultural no país. Preocupada em garantir a escola básica gratuita para todos, Anísio Teixeira criou cinco programas básicos de escola de baixo custo e fácil localização com volumetria básica, superfícies lisas e sem a busca da simetria característica de estilos anteriores como as “Escolas do Imperador” cuja arquitetura obedece a um estilo classicizante (simetria, embasamento, frontões).

No presente momento, buscamos através da pesquisa de campo um aprofundamento sobre as escolas - arquitetura escolar, história, funcionamento e características das escolas, práticas curriculares voltadas para a valorização do patrimônio cultural e relação com a comunidade externa através do grau de interação com os espaços públicos e culturais e da existência de ações culturais de participação efetiva no cotidiano da comunidade e vice-versa. Serão entrevistados professores, diretores e coordenadores pedagógicos, visando investigar o grau de reconhecimento do patrimônio cultural local e as práticas educativas adotadas com a comunidade educativa. Será que as práticas educativas das escolas se diferenciam quanto ao tratamento da questão patrimonial no bairro?

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho, verificamos que a gestão Capanema consolidou a base da organização institucional da cultura no Estado Brasileiro e o projeto homogeneizador de nação instaurado pelo Estado Novo visando à formação de uma identidade nacional. Portanto, concordamos com Cury (2002) que as políticas públicas do Estado Brasileiro sempre estiveram atreladas à apropriação ideológica da memória e da identidade coletivas como forma de forjar construções de “brasilidades”. Não podemos ignorar, pois, o fato de que a história e a memória nacional do país nem sempre consideraram a pluralidade cultural e as diferenças sociais e étnicas da população brasileira, construindo “falsas” brasilidades. O que se deve a políticas públicas de caráter elitista e excludente no sentido de democratização do acesso à cultura pela população brasileira.

O processo de construção da identidade cultural e a preservação da memória coletiva de uma população dependem fundamentalmente do acesso democrático à educação e aos bens culturais da sociedade. Isso resume o processo ininterrupto de construção de nosso patrimônio cultural pessoal e coletivo, nos colocando como sujeitos comprometidos com o desenrolar da

própria história, enfim, verdadeiros agentes de preservação. Vivemos numa sociedade “pluricultural” reforça a nossa responsabilidade para com o fortalecimento da cultura brasileira e esse é o grande desafio da Educação Patrimonial! É o “patrimônio cultural a própria memória do povo, exemplificação viva do passado dos grupos e fundamental apoio para as construções sociais do futuro” (COELHO, 1992:59).

A pesquisa de campo tem nos permitido avaliar o “grau de pertencimento” da comunidade escolar, enfim, compreender as práticas curriculares voltadas para a valorização do patrimônio cultural. Esperamos que a análise da questão patrimonial no nível local nos permita elucidar algumas considerações pertinentes ao potencial educativo de nossas cidades. Nesta perspectiva, espera-se problematizar a realidade escolar e despertá-la para questões patrimoniais, buscando dar respostas à questão central: de que forma as escolas têm contribuído para a valorização do patrimônio cultural e, conseqüentemente, o fortalecimento da identidade cultural, a preservação da memória e da história local visando o pleno exercício da cidadania? Enfim, espera-se contribuir para uma releitura do papel da escola frente às questões ambientais, urbanas e preservacionistas, bem como para o (re)desenho de uma práxis educativa multicultural e de qualidade aliada a uma gestão compartilhada da educação patrimonial pública entre escolas, comunidades locais e município.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. **Educação e Patrimônio Cultural - A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania**. Grupo Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial. BH.: SEE/MG, 2002. CENPEC. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/>>. Acesso em: 20 ago.2006
- COELHO, Olinio Gomes Paschoal. **DO PATRIMÔNIO CULTURAL**. Rio de Janeiro, 1992.
- CURY, Cláudia Engler. **Políticas Culturais no Brasil: subsídios para construções de brasilidade**. (Tese de Doutorado). Orientadora: Eloísa de Mattos Höfling. SP: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2002
- DECRETO-LEI Nº 25**, de 30/11/1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. In: <http://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 30/09/2005
- ESCOLAS DO IMPERADOR**. PCRJ, SME, Centro de Referência da Educação Pública, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**. RJ: Editora UFRJ/ MinC-IPHAN, 1997.

GUIA DAS ESCOLAS DE ANÍSIO TEIXEIRA. PCRJ, SME, Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes *et alli*. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LESSA, Pedro. **Urbanismo e Educação.** In: Edição 126, 10 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.olharvirtual.ufrj.br>>. Acesso em: 22 ago. 2006.

LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: *BOMENY, Helena (org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade.** Lisboa-Portugal: Edições 70 Ltda, Arquitetura & Urbanismo, 1999

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, n.10, dez./1993, p.7-28.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Brasília: MEC / SEF, 1997

Revisão da Legislação Urbanística e Memória dos Bairros de São Cristóvão, Benfica e Mangueira. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. RJ, 1985.

<u>Ilustrações</u>	<u>Descrição</u>	<u>Fonte</u>
Fig. 1	Busto de Getúlio Vargas, Salvador.	www.cultura.salvador.ba.gov.br/imagens/sitios Acesso em: 03/08/2007
Fig. 2	Busto de Getúlio Vargas, Memorial Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.	www.obras.rio.rj.gov.br/ . Acesso em: 03/08/2007
Fig. 3	Memorial Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.	www.vitruvius.com.br . Acesso em: 03/08/2007
Fig. 4	Escola Municipal Portugal	Particular
Fig. 5	Escola Municipal Gonçalves Dias	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro